



ANEXO I AO CONVÊNIO Nº 009/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 005160/2025 de novembro de 2025

Origem: Requerente Externo - FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL

Base Legal: Art. 199, §1º, da Constituição Federal, no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 13.019/2014, no art. 184 e art. 184-A da Lei Federal nº 14.133/21 e nas Leis Municipais 687/2003, 770/2007, 921/2010 e 1.501/2023

Ciente e de acordo com Termo de Referência.

Itarana/ES, novembro de 2025

CONVENIENTE: _____
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
Sr. Vander Patrício
Prefeito Municipal

CONVENIENTE: _____
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ITARANA/ES
Sra. Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde

CONVENIADA: _____
FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE ITARANA
Sr. Ismar Luiz Follador
Presidente



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

1.1 - DO OBJETO

Celebração de convênio entre o Fundo Municipal de Saúde de Itarana e a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana – FMATRI, para repasse de recurso financeiro da Emenda Parlamentar nº 33120024 para custeio de despesas de reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC, conforme o plano de trabalho apresentado pela Fundação.

1.1. 1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. O objeto deste Termo de Referência está distribuído conforme a planilha abaixo, cuja especificação deverá ser rigorosamente atendida para fins de execução:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Despesas de reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC.	Serviço	1	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

1.3 – NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. Tendo em vista a Emenda Parlamentar nº 33120024, o recurso constante na mesma será para custeio de despesas do MAC (Média e Alta Complexidade) - reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC, destinados

**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

Poder Executivo

à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana/ES. Desse modo, não há a necessidade do objeto possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.4 – PRAZO DE VIGÊNCIA

1.4.1. O prazo de vigência do Convênio será de **12 (doze) meses** contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

1.4.2. Ressalta-se ainda que, havendo a necessidade de celebração de termo aditivo, o mesmo será apenas referente ao prazo, pois o valor do convênio consta na Emenda Parlamentar nº 33120024 e será repassado em parcela única à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana, não havendo qualquer possibilidade de acréscimo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

2.1 Considerando que no dia 26/09/2025, foi pago o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a Emenda Parlamentar nº 33120024 para repasse à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana, conforme documentos anexos.

2.2 Considerando que o referido valor se trata de recurso para utilização no INCREMENTO DO MAC para custeio de despesas de reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC, conforme o plano de trabalho apresentado pela Fundação.

2.3. A celebração do convênio será realizada em conformidade com da Lei Federal nº 13.019/2014, no art. 184 e art. 184-A da Lei Federal nº 14.133/21 e nas Leis Municipais 687/2003, 770/2007, 921/2010 e 1.501/2023.

2.4. O Termo de Referência embasa o convênio e estabelece as diretrizes a serem seguidas, assegurando que todos os procedimentos sejam realizados dentro da legalidade, com transparência e clareza.



2.4.1. O cumprimento rigoroso dessas normas visa garantir a integridade do processo e a efetividade do objeto, proporcionando qualidade no seu cumprimento em conformidade com as expectativas da Secretaria de Saúde.

2.4.2. Diante da elaboração do Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) restou dispensado, nos termos art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, haja vista que, somente uma única solução passível de contratação conforme a Emenda Parlamentar nº 33120024.

2.5. Esta solicitação pauta-se na necessidade do cumprimento da Emenda Parlamentar nº 33120024.

2.5.1. O descumprimento da mesma não é facultado ao Administrador Público, que deve cumprir com exatidão e não criar embaraços à sua efetivação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Não se aplica, pois 26/09/2025, foi pago o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a Emenda Parlamentar nº 33120024 para repasse à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana, conforme documentos anexos. O recurso financeiro foi repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde para que o município celebre instrumento contratual para posterior pagamento em parcela única do valor à Fundação, a fim de que execute o objeto apresentado pela mesma no Plano de Trabalho.

3.2. Cabe citar as vantagens da celebração do convênio:

I - Segurança Jurídica: A celebração do convênio conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, no art. 184 e art. 184-A da Lei Federal nº 14.133/21 e nas Leis Municipais 687/2003, 770/2007, 921/2010 e 1.501/2023, proporciona maior segurança jurídica tanto para o Fundo Municipal de Saúde quanto para o Conveniado, estabelecendo bases claras para as responsabilidades e obrigações de ambas as partes.



II - Transparência e Controle: O processo de formalização do convênio promove maior transparência na gestão pública, possibilitando um controle mais rigoroso dos recursos e prevenindo práticas indevidas.

III - Redução de Litígios: As normas mais claras e rigorosas para o firmamento do convênio tendem a reduzir litígios judiciais, proporcionando uma resolução mais rápida e eficaz de eventuais conflitos que possam surgir durante a sua execução.

2. REQUISITOS DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

4.1. A FMATRI estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto.

4.2 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

4.2.1. Não se aplica pois de acordo com a Emenda Parlamentar nº 33120024, o recurso financeiro para execução do objeto será destinado à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana.

4.3. INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.3.1. Não se aplica pois de acordo com a Emenda Parlamentar nº 33120024, o recurso financeiro para execução do objeto será destinado à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana.

4.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.4.1. A adoção de **critérios de sustentabilidade** para despesas de reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC é essencial avaliar não apenas critérios técnicos e econômicos, mas também **critérios de sustentabilidade**. Abaixo segue critérios e boas práticas de sustentabilidade aplicáveis a cada tipo de despesa:

4.4.1.1 Sustentabilidade Econômica e Financeira

Visa garantir o uso eficiente dos recursos públicos e a continuidade do serviço hospitalar.



MUNICÍPIO DE ITARANA
Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

- **Planejamento orçamentário anual** com base em indicadores de produção (AIH, APAC, etc.).
- **Análise de custo-benefício** antes de realizar reformas, adequações ou aquisições de equipamentos.
- **Prioridade para ações que reduzam custos operacionais permanentes**, como:
 - Substituição de sistemas elétricos antigos por soluções de baixo consumo;
 - Instalação de sistemas de gestão de energia e água;
 - Contratação de serviços terceirizados por licitação com critérios de eficiência.
- **Transparência e prestação de contas** de todas as despesas do MAC, conforme portarias do MS e normas do SUS.

4.4.1.2. Sustentabilidade Ambiental

Busca reduzir impactos ambientais das operações hospitalares.

- **Reformas e adequações prediais sustentáveis**, incluindo:
 - Uso de materiais de baixo impacto ambiental e alta durabilidade;
 - Instalação de iluminação LED e sensores de presença;
 - Aproveitamento de iluminação e ventilação natural;
 - Implementação de sistemas de reuso de água ou captação de água da chuva;
 - Adoção de tintas e produtos com baixo teor de compostos voláteis (VOC).
- **Gestão adequada de resíduos hospitalares** (RSS), de acordo com RDC 222/2018 (Anvisa).
- **Eficiência energética e hídrica**, com metas de redução de consumo.
- **Contratação de fornecedores com práticas sustentáveis**, sempre que possível.

4.4.1.3. Sustentabilidade Social e Institucional

Garante que as ações sustentáveis melhorem a qualidade do atendimento e as condições de trabalho.

- **Manutenção e adequação de espaços físicos** visando acessibilidade (NBR 9050).
- **Ambientes saudáveis e seguros**, com reformas que melhorem ventilação, iluminação e conforto térmico.
- **Treinamento contínuo de equipes** sobre boas práticas ambientais e uso racional de recursos.
- **Fortalecimento da governança institucional**, com comissões de sustentabilidade e controle interno.
- **Garantia da continuidade dos serviços assistenciais**, mesmo durante reformas.

4.4.1.4. Aplicação aos Itens de Despesa do MAC

Categoria de despesa	Crítérios de sustentabilidade aplicáveis
----------------------	--



Reparos, reformas e adequações	Planejamento técnico; eficiência energética; acessibilidade; materiais sustentáveis; priorização de manutenção preventiva.
Exames laboratoriais, radiológicos, ultrassonografia	Contratos com laboratórios certificados; equipamentos com menor consumo energético; descarte correto de reagentes e resíduos.
Telefone, luz e utilidades	Monitoramento de consumo; uso racional; implantação de tecnologias de economia.
Outras despesas operacionais (custos do MAC)	Priorização de despesas que melhorem eficiência operacional e qualidade assistencial; gestão transparente e sustentável.

4.4.1.5. Base Legal e Referencial Técnico

- **Portaria GM/MS nº 3.992/2017** – trata do custeio e financiamento de ações e serviços de saúde.
- **Lei nº 8.666/1993 / Lei nº 14.133/2021** – sobre licitações e contratos públicos.
- **RDC nº 50/2002 (Anvisa)** – requisitos de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)** – Ministério do Meio Ambiente.
- **ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)** – especialmente ODS 3, 6, 7, 9, 12 e 13.

4.5 DAS OBRIGAÇÕES

4.5.1. OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

- Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovado pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- Prestar à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE as informações necessárias para o acompanhamento e controle da execução do objeto;
- Relatórios gerenciais solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, em tempo não superior a 02 (dois) dias;
- Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Secretaria Municipal de Saúde quanto à execução do objeto;
- Responder, por intermédio de seus titulares, em solidariedade com os titulares do CONVENIENTE, caso constatado desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na



execução ou gestão financeira do convênio, na medida de seus atos, competências e atribuições;

f) Manter-se durante a execução do convênio, com as condições de habilitação e qualificação exigidas deste termo de referência;

g) Responsabilidade da conveniada de controlar e acompanhar, a fim de que não exceda o teto financeiro do objeto de convênio sob hipótese alguma;

h) Promover abertura de conta específica para captação do repasse.

4.5.2. OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

a) Efetuar o repasse em parcela única, referente ao objeto deste termo de referência, de acordo com o Plano de Trabalho;

b) Verificar e fiscalizar o objeto, visando estabelecer controle de qualidade do mesmo;

c) Designar um Fiscal, bem como um Fiscal Substituto, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do objeto constante junto ao Termo de Referência;

d) Comunicar a Fundação quaisquer irregularidades observadas na execução do objeto;

e) Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento de cláusulas do Convênio.

4.6 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.6.1 Não se aplica a análise de amostra para a celebração do convênio em evidência, pois o procedimento de celebração para o objeto constante neste Termo de Referência será realizado pela FMATRI.

4.7 SUBCONTRATAÇÃO:

4.7.1 Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do convênio definido neste Termo de Referência, sem prévia anuência do Conveniente. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Conveniente, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

4.8 DO TRATAMENTO FAVORECIDO MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS

4.9.1. Não se aplica pois de acordo com a Emenda Parlamentar nº 33120024, o recurso financeiro para execução do objeto será destinado à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. A Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana deverá firmar o convênio no prazo de até 3 (três) dias úteis após a convocação, sendo possível a prorrogação do prazo, por igual período, a critério da Administração Municipal.

5.1.2. A FMATRI ficará responsável pela execução do objeto, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante Autorização de Serviço.

5.1.3. A FMATRI deverá apresentar, mensalmente, relatórios caso solicitados pela Secretaria de Saúde;

5.1.4. A FMATRI deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da conveniente ou de comissão designada para tal, caso houver;

5.1.5. A Secretaria Municipal de Saúde realizará avaliação da execução do objeto de custeio do MAC;

5.1.6. O repasse financeiro será efetuado em parcela única;

5.1.7. Fica a FMATRI autorizada a utilizar o valor no período de 12 (doze meses), a partir do primeiro dia útil após a publicação do convênio, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

5.1.8. A prestação de contas deverá ser apresentada, num período máximo de 90 (noventa) dias após o término do convênio;

5.1.9. Para a prestação de contas, a FMATRI deverá apresentar os documentos (**relatórios e notas fiscais**) para análise do servidor fiscal.

5.2. DOS REAJUSTE

5.2.1. Não se aplica pois de acordo com a Emenda Parlamentar nº 33120024, o valor a ser repassado em parcela única à FMATRI será de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONVÊNIO

6.1. A fiscalização do convênio será exercida pelo Servidor, Sr. Édipo Freire de Almeida, cargo de Agente Administrativo, Matrícula nº 003555, sendo o seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares, o servidor, Sr. Oscar Neto de Lima, cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 006924, a quem caberá o acompanhamento e fiscalização



da execução do objeto, certificação da nota fiscal e documentos de regularidade, aos quais compete:

- a) Receber e conferir a prestação de contas.
- b) Anotar em registro próprio, comunicando à CONVENIADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

6.2. A fiscalização anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio em registro, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, conforme Termo de Referência.

6.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

6.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município de Itarana/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade do ente conveniado por qualquer inconsistência.

6.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo ente conveniado ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.6. O Gestor do Convênio será a Secretária Municipal de Saúde.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 - O valor a ser repassado para a CONVENIADA, conforme o Plano de Trabalho aprovado, que passa a fazer parte integrante deste convênio como se transcrito estivesse para todos os fins de direito, é fixado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que serão aplicados em parcela única no mês de novembro/2025.

7.2 - A FMATRI se obriga a aplicar os recursos que serão a ela transferidos na consecução dos fins especificados no Plano de Trabalho.

7.3 - A CONVENIADA movimentará os recursos previstos em conta bancária específica, vinculada ao presente Termo, assim discriminada: Banco Banestes - 021, Agência 122, Conta Corrente nº 40.565.491;

7.4 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias.



7.5 - Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONVENIADO

8.1 Não se aplica pois de acordo com a Emenda Parlamentar nº 33120024, o recurso financeiro para execução do objeto será destinado à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana.

8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

Poder Executivo

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Documento com foto do Presidente da Fundação;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial e, caso de na sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

Parágrafo Primeiro – Ato constitutivo ou contrato social deverá estar acompanhado de todas as alterações efetuadas ou apenas da consolidação respectiva.

8.2.1.2 DAS REGULARIDADES FISCAIS

- a) Comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, devidamente atualizado;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de regularidade para com a Receita Federal por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);
- d) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, da sede da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – Lei nº 12.440.

8.2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Natureza de Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência ou Concordata), expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica** (domicílio da licitante).
- b) A empresa que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório/sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DO OBJETO



9.1 Tem-se o seguinte valor conforme a Emenda Parlamentar nº 33120024 destinada a FMATRI:

Item	Especificação	Qtd. Estimada	Valor
01	Despesas de reparos com reformas e adequações ao imóvel existente da Fundação, exames laboratoriais, exames radiológicos, ultrassonografia, telefone, luz, dentre outras despesas referente ao custeio do MAC	01 Serviço	R\$ 150.000,00

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta:

Órgão: 060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 060003 – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Função: 10 – SAÚDE

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0008 - PROGRAMA SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 2.030 – REPASSE FINANCEIRO A REDE CREDENCIADA AO SUS - FMATRI

Elemento de Despesa: 33504300000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

Ficha: 64

Fonte de Recurso: 16310001 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL – HELDER SALOMÃO

Subelemento: 33504300000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

11. FORMALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

Poder Executivo

11.1. O Conveniado terá o prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da data do recebimento do convênio, para aceitar e assinar o instrumento.

11.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da conveniada e, desde que:

- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b)** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O aceite e assinatura do instrumento pelo conveniado implica no reconhecimento de que o mesmo se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Instrumento, no Termo de Referência e em seus anexos.

11.4. ASSINATURA DIGITAL: O Convênio será assinado por meio de assinatura digital, devidamente assinado por Certificação Digital, emitido por uma **Autoridade Certificadora** (AC) e devidamente habilitado pela **ICP-Brasil**.

11.4.1. O Convênio assinado por meio eletrônico deverá ser encaminhado para o seguinte endereço de e-mail: **contratos@itarana.es.gov.br**, no prazo indicado no item 11.1. deste instrumento.

11.5. A recusa injustificada do conveniado em assinar o convênio ou em aceitar ou retirar o instrumento no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

12. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

12.1. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONVENIADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.



12.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONVENIADA deverá:

- a)** Notificar imediatamente a CONVENIENTE;
- b)** Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
- c)** Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.4. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

12.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.6. A CONVENIADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONVENIENTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.7. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONVENIADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.8. A CONVENIADA deverá notificar a CONVENIENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONVENIENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.10. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONVENIADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONVENIENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONVENIADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.



12.11. Responsabilidade. A CONVENIADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONVENIENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONVENIENTE em seu acompanhamento.

12.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONVENIENTE, não exime a CONVENIADA das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsável perante a CONVENIENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.13. A CONVENIADA deve colocar à disposição da CONVENIENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONVENIENTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14. A CONVENIADA deve auxiliar a CONVENIENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.15. Se a CONVENIENTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONVENIADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Convênio, a CONVENIADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Convênio e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.16. Eliminação. Extinto o Convênio, independentemente do motivo, a CONVENIADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONVENIENTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONVENIENTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

13. DAS SANÇÕES

13.1. De acordo com o art. 184 da lei 14.133/2021: "Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios [...]".

14. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

I - Elaboração do Termo de Referência: Édipo Freire de Almeida – Matrícula nº 003555.



II - Aprovação do Termo de Referência: Vanessa Arrivabene – Portaria nº 006/2025.

Assinado por EDIPO FREIRE DE ALMEIDA 116.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
13/11/2025 09:06:57

Édipo Freire de Almeida
Agente Administrativo
Matrícula nº 003555

Assinado por VANESSA ARRIVABENE 030.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
13/11/2025 09:08:49

Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES
Portaria nº 006/2025